

Lição 14: A demonstração trata e procede de coisas que são *per se*

“a18. Dos acidentes que são— a21. Uma dificuldade, no entanto,— a24. A solução é que— a28. Já que são justamente aqueles

Após mostrar que a demonstração procede de coisas necessárias, o Filósofo mostra então que ela trata de coisas que são *per se* e procede de coisas que são *per se*. A respeito disso, ele faz três coisas. Primeiro, mostra que a demonstração trata de coisas que são *per se*, i.e., que as conclusões das demonstrações são *per se*. Em segundo lugar, levanta um problema (75a21). Em terceiro, mostra que a demonstração procede de coisas que são *per se*, i.e., que os princípios das demonstrações devem ser *per se* (75a28).

Diz portanto primeiro (75a18) que a ciência demonstrativa não pode tratar de acidentes que não são *per se* do modo como *per se* foi explicado acima, a saber, que um acidente *per se* é aquele em cuja definição o sujeito é mencionado, como "par" ou "ímpar" é um acidente *per se* do número. Mas "branco" não é um acidente *per se* do animal, porque o animal não é mencionado em sua definição.

Que não pode haver demonstração tratando de acidentes que não são *per se*, ele prova da seguinte maneira: Um acidente que não é *per se* pode não estar presente (e este é o acidente em discussão). Portanto, se uma demonstração tratasse de um acidente que não é *per se*, seguir-se-ia que a conclusão da demonstração não seria necessária: o que é contrário ao que foi estabelecido.

Que um acidente que não é *per se* não inere necessariamente pode ser obtido do seguinte: Se um acidente inere necessária e sempre em um sujeito, deve ter sua causa no sujeito — caso em que o acidente não pode deixar de inerir. Ora, isso pode ocorrer de duas maneiras: de um modo, quando é causado a partir dos princípios da espécie, e tal acidente é chamado de atributo ou propriedade *per se*; de outro modo, quando é causado a partir dos princípios do indivíduo, e isso é chamado de acidente inseparável. Em ambos os casos, todo acidente que é causado a partir dos princípios do sujeito deve, se for definido, ser definido de tal modo que mencione o sujeito em sua definição: pois uma coisa é definida em termos de seus princípios próprios. Assim, fica claro que um acidente que inere necessariamente em seu sujeito deve ser um acidente *per se*. Portanto, aqueles que não são *per se* não inerem necessariamente.

Parece, no entanto, que Aristóteles está usando a demonstração circular, que ele anteriormente rejeitou. Pois ele tinha provado antes que uma demonstração trata de coisas necessárias, porque trata de coisas que são *per se*; mas agora ele mostra que a demonstração trata de coisas que são *per se*, porque trata de coisas que são necessárias. A resposta é que acima Aristóteles provou que a demonstração trata de coisas necessárias não apenas porque trata de coisas que são *per se*, mas também por causa da definição de conhecimento científico — e esta era uma maneira verdadeira de demonstrar. Mas a prova de que a demonstração trata de coisas necessárias porque trata de coisas que são *per se* não é uma demonstração, mas uma indicação dirigida a uma pessoa que já sabe que a demonstração trata de coisas que são *per se*.

Em seguida (75a21), ele levanta um problema a respeito do qual faz duas coisas. Primeiro, expõe o problema, dizendo que alguém pode, talvez, objetar que se a conclusão que segue de coisas contingentes ou coisas que são *per accidens* não é necessária, por que são feitas investigações sobre coisas contingentes ou coisas que são *per accidens*, de modo que a partir de tais dados se possa chegar a uma conclusão, visto que se exige do silogismo que a conclusão siga necessariamente? Que investigações sobre coisas contingentes ou coisas que são *per accidens* ocorrem é evidente a partir de sua declaração seguinte, a saber, que não faz diferença se alguém investiga coisas contingentes e então apresenta sua conclusão. Como se dissesse: Pode-se tirar uma conclusão de coisas contingentes que foram investigadas e verificadas, assim como de coisas necessárias. Pois cada uma emprega a mesma forma silogística.

Em segundo lugar (75a24), ele resolve a dificuldade e diz que questões resolvidas por premissas contingentes não são de tal natureza que a conclusão seja necessária absolutamente, com base nas coisas investigadas, i.e., em virtude das premissas contingentes, mas porque é necessário para aquele que admite as premissas admitir a conclusão e admitir a verdade na conclusão, se as coisas premissas são verdadeiras. É como se ele dissesse que, embora uma conclusão que é necessária com necessidade absoluta não siga de premissas contingentes, no entanto, ela segue com a necessidade de consequência segundo a qual a conclusão segue das premissas.

Então (75a28) ele mostra que a demonstração procede a partir de coisas *per se*, usando o seguinte argumento: a demonstração procede de coisas necessárias e incide sobre coisas necessárias — e isso porque é científica, ou seja, faz conhecer cientificamente. Mas coisas que não são *per se* não são necessárias, pois são *per accidens* e, sendo assim, não são necessárias, como foi dito acima. Por outro lado, aquelas coisas incidem com necessidade sobre um gênero que são *per se* e pertencem a ele segundo aquilo que é. Segue-se, portanto, que a demonstração não pode ser a partir de nada nem sobre nada senão o que é *per se*.

Ele mostra ainda que, mesmo que as premissas fossem sempre necessárias e verdadeiras, mas não *per se*, não se saberia a causa do porquê [*propter quid*] da conclusão. Isso fica claro nos silogismos que provam por meio de sinais, pois, embora a conclusão seja *per se*, não se a conhece *per se* nem *propter quid*. Por exemplo, se alguém provasse que todo elemento é corruptível com base no fato de que é visto envelhecer. Isso seria uma prova por meio de um sinal, mas nem *per se* nem *propter quid*, porque para saber o *propter quid* é necessário conhecer por meio da causa. Portanto, o termo médio deve ser a causa daquilo que é concluído na demonstração. E isso é óbvio a partir das premissas: pois o termo médio deve inerir ao terceiro de modo causal, ou seja, *per se*, e igualmente o primeiro ao médio. Aqui ele chama os dois extremos de primeiro e terceiro.

Revision #2

Created 20 September 2026 15:29:20 by Admin

Updated 20 September 2026 22:55:23 by Admin